

RELAÇÕES DE GÊNERO, AUTONOMIA E PODER: uma interpretação hermenêutica de uma pesquisa conduzida com mulheres nascidas no início do século XX

Maria da Conceição Lafayette de Almeida*

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os caminhos de uma pesquisa sobre relações de gênero feita com mulheres nascidas no início do século XX em Recife. Com o objetivo de mostrar as relações de poder e autonomia vivenciada pelas mulheres de camadas médias de uma sociedade de matriz patriarcal, optou-se por uma interpretação hermenêutica dos dados. Dessa forma os conceitos de fusão de horizontes e preconceito desenvolvidos por Gadamer, serviram de condutor para a análise feita.

Palavras-chave

Relações de gênero. Hermenêutica. Fusão de horizontes. Preconceito

**GENDER RELATIONS, AUTONOMY AND POWER: an
hermeneutical interpretation of a research conducted with women
born in the beginning of the XX century.**

Abstract

This article aims to present a research on gender relations developed with women born in the early twentieth century in Recife – Brazil. In order to show the relations of power and autonomy experienced by women of

* Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

middle class of a patriarchal society, an hermeneutic interpretation of the data was done. Thus concepts like fusion of horizons and prejudice developed by Gadamer , served as a driver for the analysis.

Keywords:

Gender relations. Hermeneutics. Horizon fusion. Prejudice

Aquilo que não vem a luz no cotidiano, nele submerge
(THOMAS LEITHÄUSER)

O objetivo deste texto é trazer os caminhos percorridos numa pesquisa que estudou as relações sociais de gênero vivenciadas por mulheres de camadas médias, em sua maioria casadas e nascidas em Recife entre os anos de 1919 e 1931. O problema central do estudo foi entender como, ao longo de suas vidas, as mulheres acionaram mecanismos para alcançar uma relativa autonomia e fazer valer suas vontades, apesar de viverem em uma sociedade marcada por características nitidamente patriarcais.

Partindo de autores como Gilberto Freyre e Antônio Cândido, que estudaram respectivamente os modelos de família patriarcal e de família nuclear, consideramos que os papéis masculinos e femininos são assimétricos, cabendo às mulheres o mundo da casa, onde ocupam uma posição de subordinação, e aos homens o mundo da rua, onde ocupam posições de mando” (ALMEIDA, 2013, p.15). Entretanto, ao questionar a rigidez existente entre as fronteiras do mundo da casa e do mundo da rua, levantei como hipótese que uma relativa autonomia assim como formas de resistência mais ou menos veladas podiam ser verificadas na vida dessas

mulheres, levando-as a tomar atitudes e decisões que as colocavam em patamar distinto daquele que as representava como vítimas passivas da dominação masculina. Indo um pouco mais além e tendo como referência o pioneiro trabalho de Roberto DaMatta sobre as relações existentes entre público e privado, ou entre a casa e a rua, percebemos a existência de “zonas de confluência e flexibilidade” e que esses espaços, além de ligados, se encontravam parcialmente mesclados (SAFIOTTI, 2004, p.127). A partir de então, foi necessário encontrar um modelo ou referencial teórico que desse conta “daquelas parcelas de poder” que, segundo Saffioti (1994), permitiram às mulheres de todas as sociedades conhecidas sobreviver ao poder masculino (ALMEIDA, 2013, p.15).

No sentido de perceber o relativo poder desempenhado pelas mulheres, decidi por uma abordagem compreensiva que privilegiasse o entendimento, utilizando o conceito de agência de Giddens (2003) e combinando teoria feminista e hermenêutica, interpretei os relatos de 20 mulheres acerca de temas relativos à vivência na família de origem, casamento, cuidados com os outros e trabalho. Estes mostraram como as mulheres, ao longo de suas vidas, através dos recursos que lhes eram disponíveis, definiram espaços de autonomia, influenciaram pessoas, exerceram autoridade e definiram estratégias a seu favor, ora contradizendo, ora confirmando o modelo tradicional de família (ALMEIDA, 2013, p.19).

Para construir os resultados, estudei percepções, sentimentos e vivências relativas às etapas de suas vidas, levando em consideração que, nascidas antes das transformações que se processaram nas relações de gênero a partir da década de 1950, essas mulheres tinham o casamento como “destino”. Para a interpretação dos relatos, utilizei a noção de *fusão de horizontes* e a noção de *preconceito*, ambas desenvolvidas por Gadamer (2008), onde incluí, também, minha própria vivência – ou seja, o

meu horizonte, a partir do qual estendi inicialmente o meu olhar, numa perspectiva autobiográfica. Neste sentido, a composição deste mosaico gerou um conhecimento dialógico e situado, defendido pela hermenêutica Gadameriana, e que passo a apresentar.

Situando a pesquisa

Seria possível encontrar em uma sociedade de resquícios patriarcais e de forte dominação masculina espaços para a expressão do poder feminino? Qual o sentido de pesquisar esse poder? Em que medida essa resposta poderia ser útil para a teoria feminista e para a Sociologia? Essas eram questões que permeavam minhas inquietações a respeito do tema escolhido. O levantamento sobre aspectos relativos à vida de mulheres nascidas no início do século XX dava-se, também, pela rarefação de dados existentes a partir de relatos feitos pelos próprios atores sociais. Diferentemente do mundo saxão, onde diários pessoais são bastante comuns, nossa memória sobre o cotidiano sempre foi escassa. Foi Gilberto Freyre quem chamou a atenção para este fato explicando que certamente o confessionário, entre nós, esvaziou a necessidade do registro escrito.

Subjacente ao desejo de pesquisar o passado recente estava a ideia de trazer um conhecimento que se acredita “submerso” na fixação de um modelo de sociedade patriarcal. Era preciso trazer à tona aspectos que fizessem sentido para as mulheres pesquisadas e que, ao mesmo tempo, jogassem luz na compreensão do presente, recomendação vigente nos escritos do historiador Charles Tilly (1990).

Ainda dentro da perspectiva da compreensão, Leithäuser & Goldenberg (2007) afirmam que:

[...] aqueles que se dedicam ao processo de Compreensão e acreditam que mesmo a Explicação precisa do Entendimento, os fatos sociais nem sempre podem ser captados em unidades fixas. Ele contém em si demasiados caracteres, que se conformam, alteram, assumem outras formas, desaparecem ou se diluem no fluxo do tempo (...) *Quanto mais esse elemento parece incorreto, um simples nada, uma imprecisão ou algo irrelevante, mas ele precisa ser considerado e observado* (op.cit -pág. 9 – grifo meu).

A afirmativa acima contribuiu no sentido de dissolver as apreensões existentes em estudar um passado cristalizado, para conferir sentido às buscas da pesquisa. Era precisamente esse *nada* do “poder” feminino que se queria traduzido a partir de diversas configurações, tais como autonomia, mando, resistência, que mereciam ser *consideradas e observadas*. E como capturar o elemento fluido a não ser pela busca da compreensão, da explicação e do entendimento, a partir de uma perspectiva que privilegia a “habilidade para compreender”?

No sentido de alcançar a compreensão deste “poder” pareceu-nos adequada a abordagem da interpretação hermenêutica, mencionada anteriormente, mas em diálogo com a teoria feminista. Neste caso, seria importante focar na interpretação das narrativas das mulheres sobre suas vidas em diálogo com a minha interpretação e à luz da teoria feminista, configurando o que Gadamer (2008) defende como “ *fusão de horizontes*”. Para Susan Hekman (2003), é a fusão de *horizontes* que permite a crítica da tradição que, através da conversação, poderá trazer mudanças à interpretação do que já é conhecido. Ou seja, a escolha pela abordagem qualitativa não poderia estar separada do debate da epistemologia feminista. Rejeitando os modelos positivistas por estarem ancorados em

um saber masculino que sabotou a visibilidade da mulher, as teóricas feministas desenvolveram e perseguiram “uma forma feminista de fazer pesquisa”, como nos avisa Helen Roberts (1988) no seu *Doing Feminist Research*, que eu segui e incorporei.

Aliado a este ponto, outros também merecem ser observados quando se pretende seguir a abordagem qualitativa como perspectiva. Neste sentido foi que acolhemos aspectos defendidos por Geertz (1973), para quem, além da necessidade de que se olhe para a teoria e a metodologia, também é necessário olhar-se para o que fazem outros pesquisadores e, com isso, justificar-se o que deve ser estudado. Segundo este autor, se o que os antropólogos fazem é etnografia, então que se estude a etnografia (p. 5). Alinhando meu pensamento com o de Geertz, concluí que olhar para a maneira como o conhecimento sobre a mulher vem sendo construído era relevante e se constituía em uma referência importante para meu estudo. Se as teóricas feministas vinham refutando o modo masculino de fazer pesquisa e as abordagens positivistas, buscando forma própria de pesquisar, então a abordagem qualitativa se colocava, mais uma vez, como a direção mais acertada a ser seguida.

Como bem mostram Denzin e Lincoln (1994 p. ix), a preocupação central da teoria feminista, das humanidades e da Sociologia, ao focar nas abordagens qualitativas e interpretativas, vinha provocando, nas últimas décadas, o que poderia ser considerado uma verdadeira revolução, que não poderia deixar de ser levada em conta: afinal, onde antes só havia estatística e “survey” passou a haver etnografias, entrevistas abertas, análise de textos e estudos históricos.

Finalmente, ainda em defesa da abordagem qualitativa, outros argumentos foram incorporados como o defendido por Fialho (2007, p. 194), segundo o qual “as discussões que versam sobre os métodos qualitativos nos conduzem a importantes questionamentos que vão muito

além das escolhas de práticas e técnicas passíveis de virem a compor o Corpus de uma pesquisa”, pois, ao ser discutida a questão metodológica, estão em destaque aspectos epistemológicos e, por conseguinte, está em jogo o estatuto das ciências sociais e mais especificamente o da Sociologia. Essa priorização dos aspectos epistemológicos é colocada por aqueles que entendem a metodologia como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico que questiona sobre os alcances e os limites deste caminho.

Uma vez postos os elementos justificadores da escolha da abordagem qualitativa, era necessário ainda fazer uma complementação a respeito de outros aspectos importantes a serem observados quando se trilha este caminho. Assim, duas referências que nos pareceram complementares e pertinentes foram incorporadas, a saber, as pesquisas feministas qualitativas (SCHWANDT, 1994) e as abordagens construtivistas e interpretativas de questionamento humano (OLESEN, 1994), que foram trazidas aqui para demonstrar a preocupação existente com a validade da pesquisa qualitativa.

Schwandt (1994), por exemplo, chama a atenção sobre as críticas mais comuns ao enfoque qualitativo alertando para a direção que este tipo de pesquisa deverá tomar, e levanta quatro aspectos da crítica que tem sido feita de forma recorrente: o problema do critério de validação, a ausência de uma busca crítica, o problema da autoridade e a reivindicação do conhecimento epistemológico (pp.130-131). Olesen (p. 168) adverte que as pesquisadoras feministas questionem se os pressupostos teóricos e metodológicos que ancoram suas pesquisas podem alterar ou mesmo transformar as disciplinas a partir das quais estão trabalhando, por exemplo, a Sociologia e a Psicologia. Em outras palavras: é preciso não perder de vista a importância de se considerar o impacto positivo da abordagem qualitativa para as Ciências Sociais em geral e para a

Sociologia em particular. Essas observações são importantes e deixam claro que a adoção por este tipo de abordagem está conscientemente situada no contexto da problemática ensejada por este tipo perspectiva. Entretanto, mesmo correndo riscos, avaliamos que as possibilidades de elucidação da vida dos sujeitos investigados justificariam os possíveis riscos. Ademais, sempre será possível uma retomada e nova discussão, complementando e minimizando a imperfeição.

A aproximação do campo de pesquisa: as mulheres, a entrevista e os dados

O percurso para selecionar as mulheres para a pesquisa foi longo. Inicialmente pensei em escolhê-las através de associação de ex-alunas de colégios católicos tradicionais. Cheguei mesmo a escrever para alguns colégios solicitando que me encaminhassem para suas alunas mais antigas. Entretanto, este formato de escolha não funcionou. Decidi, então, recorrer às mães de amigas que haviam estudado em tais estabelecimentos para que me informassem sobre algumas de suas amigas.

A partir de então, as mulheres que respondiam às entrevista indicavam conhecidas que se incluíam no perfil procurado. Dessa forma, acabamos tendo mulheres selecionadas a partir de uma amostragem em bola de neve, iniciada por uma rede de amigos que foram sugerindo amigas e conhecidas com as características relevantes para minha pesquisa, a saber: mulheres casadas, nascidas entre 1920 e 1930, e pertencentes às camadas médias da cidade de Recife.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nas residências das mulheres. Algumas vezes ocorreu mais de um encontro, já que as entrevistadas consideraram que “tinham muito o que contar”. Por sua vez, cada encontro agendado exigia uma dinâmica de telefonemas,

marcações e remarcações pois, “entrar na vida de outras pessoas requer sempre atenção e cuidado já que no encontro com o pesquisador está inserida uma entrega e uma confiança que não podem ser quebradas” (ALMEIDA, 2013)

Os dados foram obtidos através de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, em uma perspectiva biográfica. Este pareceu o caminho mais pertinente para a investigação que tinha como objetivo encontrar o modelo tradicional vivenciado. O recorte geracional adotado também foi importante para a homogeneidade das informações que se buscava obter.

Para a realização das entrevistas elaborei um roteiro, em forma de tópicos, que envolvia aspectos referentes à vida na família de origem e na família de constituição. Isso era importante para saber os momentos em que o modelo tradicional dos papéis desempenhados pelas mulheres, em suas várias etapas da vida, eram confirmados ou rompidos, bem como as circunstâncias que as levavam a romper ou confirmar estes papéis.

Embora houvesse um roteiro que assegurasse a estrutura da entrevista garantindo a comparabilidade de aspectos relativos à identificação socioeconômica, nível educacional, momentos relevantes na trajetória de vida das mulheres, interferi apenas o suficiente para que o diálogo resultante contemplasse os objetivos da pesquisa. Considerei que para a compreensão das relações de poder que as mulheres experimentaram em suas vidas não eram convenientes perguntas muito fechadas (ALMEIDA, 2013, p. 93).

Deixar as mulheres mais à vontade para fazer seus relatos, bem como para realizar associações livremente em relação ao passado, permitiu a escuta de relatos interessantes sobre outras mulheres que fizeram parte do passado da vida das minhas entrevistadas (avós, mães, tias).¹ De fato, esses relatos revelaram a existência implícita de uma visão

¹ Sobre a complexidade existente na relação mito e história, ver Passerini (1990).

de gênero, fruto das transformações ocorridas a partir do movimento feminista que, de alguma forma, foram incorporadas à subjetividade dessas mulheres. Mesmo considerando a explicação de que as histórias pessoais não estão isentas de elementos míticos, nos relatos feitos, como diz Penefs (1990, p. 36), “a construção mental, a partir da memória de fatos individuais que, de outra forma, poderia aparecer incoerente e arbitrária, [...] torna-se um evento biográfico” (ALMEIDA, 2013). Thompson (1980), Bertaux (1981) e Elliot (1990), entre outros, alertam para o fato de que o trabalho respaldado na memória merece considerações sobre as implicações do seu uso na pesquisa. Como mostra Dyhouse (1983), *“mesmo quando o relato ouvido é dado por um indivíduo vivo, a lembrança da vida não é a própria vida, sendo impossível ressuscitar a vida em sua totalidade”*, portanto, escrever sobre o passado tem implicações que não podem deixar de ser consideradas (ALMEIDA, 2013. p. 93).

Complementando informações: a observação assistemática

De forma geral, as mulheres foram muito receptivas e colaborativas. Também foi possível, após a realização das entrevistas, empreender a observação assistemática. Nesse momento “observei o estado de conservação dos imóveis, os móveis se antigos e de elevado valor econômico bem como outros elementos que porventura estavam dispostos na casa, a fim de avaliar a situação econômica das famílias². Também observei os retratos de família dispostos nos ambientes em que

² Plummer (1983: 33) apresenta uma série de itens que podem se constituir em “documentos de vida”, que são fontes válidas para pesquisa, além da entrevista tradicional. Na sua relação está contido o item *miscelânea*, referente ao “que as pessoas possuem”. Segundo ele, combinados a uma entrevista, itens desta natureza podem funcionar como um importante itinerário para a memória, no processo de pesquisa. Sobre os aspectos relativos à construção de histórias de vida pelo indivíduo, ver também Coleman (1991).

me encontrava. Como afirma Lins de Barros (1987, p. 24), “a fotografia familiar tem presença marcante no universo das camadas médias e é usada simbolicamente para legitimar e valorizar a família”. Foram as fotografias que muitas vezes serviram de pretexto para esclarecer aspectos relativos a estrutura familiar e que permitiram outro tipo de compreensão para além das revelações relatadas nas entrevistas. Como bem mostra Moreira Leite (1993, p.15), “na fotografia lida-se com a comunicação direta da imagem para procurar em suas características uma significação que não se expressa diretamente e que em alguns casos precisa ser reconstituída”.

Vale salientar que as fotos serviram de pretexto para as entrevistadas se referirem, “com saudade, a ausência dos pais e outros parentes, primas, tias, que em algum tempo do passado estiveram presentes nas tardes de encontro, nos aniversários, nas celebrações familiares” (ALMEIDA, 2013, p. 91).

A história familiar também foi complementada por documentos que mostravam a trajetória profissional dos pais, onde cargos importantes e nomeações eram atestadas através de documentos. Outros saberes existentes na família eram compartilhados, como livros de poesias, gravuras, quadros, alguns deles feitos pelas entrevistadas, e até mesmo peças de cama e mesa feitas pela mãe de uma das entrevistadas, atestando as habilidades das “mulheres de outro tempo”. Tudo foi trazido para meu conhecimento e, assim, pude constatar, como diz Perrot (1989), que a memória é também marcada pelo gênero: “é ao mundo mudo [...] que as mulheres confiam sua memória. As mulheres se dedicam [...] à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos, [...] bibelôs, *mil nada*s, que povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina (PERROT, 1989, p. 13)”³.

³ Sobre a relação entre feminismo e modelos de pesquisa, ver também Olesen (1994) e Roberts (1981).

Momentos de descontração e até de certa cumplicidade aconteciam após as entrevistas através da partilha dos objetos de significação simbólico-afetiva e do cafezinho oferecido. Assim é que:

Nesses momentos, abandonava um pouco o meu papel. Havendo chegado àquele encontro como pesquisadora, os relatos sobre intimidades diante das quais apenas o silêncio era possível dificultavam a continuidade da entrevista. Dessa forma, algumas vezes, precisei marcar outra ocasião para retomá-la (ALMEIDA, 2013, p. 92).

O tratamento dos dados

As entrevistas foram todas gravadas e transcritas resultando em material bastante volumoso, em função da opção feita pela entrevista semiestruturada. A escolha teve por base o fato de este tipo de entrevista possibilitar a reconstrução das trajetórias de vida das mulheres, sendo este um argumento defendido por vários autores. Entre muitos, Bertaux (1981), Plummer (1983), Thompson (1988) e Penefs (1990) estão entre os que inspiram essa visão.

O material transcrito foi copiado para com ele ser montado o sistema de classificação por pastas, seguindo o processo sugerido por Okely (1987). O primeiro conjunto de pastas compreendia a narrativa de cada entrevistada em sua totalidade, e resultou num total de vinte pastas. O segundo compreendia as pastas formadas por temas que foram recortados das narrativas feitas e que versavam sobre a vida na família de origem, educação escolar, religião, trabalho, casamento e família de constituição, já que esses temas apareceram como os marcadores mais consistentes, presentes no relato das entrevistadas.

A seguir, classifiquei relatos referentes ao que diziam sobre a família, tanto a de origem como a de constituição, procurando perceber os recursos monetários e simbólicos de que dispunham as mulheres, para apreender em que medida utilizavam-se desses recursos em suas vidas para fazer valer suas vontades ou manejar aquilo que lhes parecia importante obter.

Entretanto, nem sempre a percepção dos recursos utilizados foi fácil. Possivelmente, o caráter relativamente assistemático das entrevistas que realizei fez com que as temáticas se disseminassem em várias passagens. Esse foi o caso do que considereei como fontes de recursos disponíveis às mulheres. Em geral, o que considereei recursos, na verdade, estava entrelaçado com dados referentes à família de origem, ao casamento e, por vezes, ao trabalho.

Para melhor esclarecer os dados, tomo aqui como exemplo a questão do trabalho remunerado fora de casa ou não. Com efeito, o trabalho fora de casa foi exercido em diferentes etapas da vida dessas mulheres, havendo uma heterogeneidade sobre os relatos prestados: enquanto umas trabalharam de forma remunerada antes do casamento, outras só o fizeram após alguns anos de casada, isso “implicando em divergências em torno do significado do trabalho, ou mesmo levantando questões a respeito da importância que o mesmo assumia em suas vidas” (ALMEIDA, 2013, p. 94). Enquanto para algumas mulheres trabalhar aparece como forma de complementação de renda para manutenção de seu *status*, para outras “o trabalho era uma atividade “opcional”, possivelmente fruto da nova mentalidade a respeito do trabalho feminino” (ALMEIDA 2013, p. 94).

Assim, a organização dos dados por temáticas – tais como trabalho, religião, vida na família de origem, vida na família de constituição – e depois armazenamento em pastas facilitaram a percepção

sobre semelhanças e diferenças existentes entre as mulheres investigadas e, conseqüentemente, permitiram a comparabilidade dos dados entre elas, facilitando “a tessitura de um quadro geral da visão das entrevistadas”.

A construção dessas pastas, feitas de forma artesanal, com a tesoura e a cola como instrumentos de trabalho, trouxe familiaridade com o material levantado e com a vida de cada uma das entrevistadas, permitindo maior fluidez no momento da análise.

A análise dos dados: fusão de horizontes, preconceitos e interpretação

A análise dos dados obtidos representa o que, a partir da abordagem gadameriana da hermenêutica, entende-se por fusão de horizontes e pela noção de preconceito. Neste sentido, retomo essas noções e lembro que:

[...] na perspectiva hermenêutica a compreensão só é possível a partir do encontro e da relação dialógica entre sujeito e objeto. Tal relação se configura como uma conversação, informada por uma tradição comum. Esta tradição é interpretada, por um lado, pelos sujeitos da pesquisa e, por outro, por mim própria, a partir de horizontes distintos (ALMEIDA, 2013, p. 89).

Como pesquisadora, meu horizonte consiste nas teorias que informam minha visão do objeto (...) e também em minha trajetória como pessoa inserida na sociedade em que vivo. Aqui se fundem a vida pessoal e a de pesquisadora, formada e informada por teorias sociológicas, feministas e metodológicas vigentes. Já a vida das mulheres resulta da

vida que viveram, entendidas aqui sua localização social e a trajetória trilhada ao longo de suas vidas.

Interpretar, portanto, significa levar em consideração o encontro dessas perspectivas, e a partir disto considerar os objetivos propostos no trabalho: verificar a relativa autonomia existente entre as mulheres para fazer valer suas vontades. Entretanto, interpretar, a partir da hermenêutica, significa abordar o que nesta perspectiva é chamado de “preconceito”. Para o entendimento da noção de preconceito, Sofia Reimão (2010, p. 17) lembra que, para Gadamer:

[...] a situação interpretativa é preconceituosa; há sempre algo dado a partir do qual fala a tradição (...) Gadamer considera que o pensamento é um *estar-em-caminho*, modificando ou confirmando o seu curso e orientando-os para metas novas que, a maior parte das vezes, não são claras.

Para o caso em foco, a tradição é a noção de que as mulheres investigadas seriam submissas aos pais e aos maridos e sem autonomia para fazer valer suas vontades. Entretanto, o que disseram sobre suas vidas e sobre a vida de outras mulheres com quem viveram remete-nos à existência de uma contradição. Em muitos casos, as mulheres souberam ampliar as fronteiras dos espaços em que viviam para si mesmas e para filhas e filhos. É, pois, nessa contradição que podemos encontrar os preconceitos que são resultantes do confronto entre o entendimento da tradição e a realidade vivenciada por elas. Em outras palavras: a tradição jamais se verifica plenamente, e ao ser confrontada através da relação dialógica, revela as fissuras existentes. Não é demais lembrar que “os preconceitos formam a perspectiva através da qual o conhecimento vai gradualmente se tonando possível”.

Assim, passo a mostrar exemplos de preconceitos identificados na pesquisa, os preconceitos de gênero, através das seguintes afirmativas:

“No meu tempo a gente era educada para casar”.

“Nenhuma de nós ia trabalhar. Só se fosse para ensinar”.

“Para sair de casa tinha que ir sempre acompanhada”.

Analisando cada uma dessas afirmativas através do confronto entre enunciado e prática fica claro que, embora para as mulheres das camadas médias deste período a educação fosse ilustrativa e nunca voltada às profissões voltadas para o mercado de trabalho, na verdade, duas delas entraram em cursos como Agronomia e Matemática e uma chegou a trabalhar como agrônoma. As demais, afora aquelas que não foram à Universidade, concluíram cursos como Pedagogia, Psicologia e Filosofia antes do casamento, e algumas fizeram curso superior quando os filhos atingiram a idade para entrar na universidade, estudando junto com eles, havendo sido assim com uma delas que cursou Direito. Embora contrariando a tradição, as mulheres, mesmo “educadas para casar”, inserem-se na educação superior e contrariam a norma revelada.

O mesmo acontece com o segundo preconceito: o trabalho remunerado vai se verificar na vida de muitas delas. Umas são profissionalmente inseridas no mercado de trabalho como professoras universitárias, ou em repartições públicas; outras utilizam os conhecimentos formais e informais que adquiriram e lançam mão deles para aumentar os recursos monetários após o casamento: dar aula particular em casa, costurar para a família, transformar a casa em pensão para estudantes, estas são atividades das quais as mulheres se utilizam para aumentar a renda familiar, sempre com a explicação de que era para garantir melhor educação para os filhos e filhas. Entretanto, os relatos

mostram que com essas ações acabam construindo espaços de autonomia, de decisão própria, não havendo interferência de maridos na decisão sobre o uso e a alocação do dinheiro ganho.

O terceiro preconceito pode ser interpretado mais como algo que acessam das fórmulas e etiquetas da época do que mesmo das vivências delas. Os relatos acabam trazendo momentos de ruptura sobre essa prática e revelam que em determinados momentos as mulheres utilizam estratégias que garantem autonomia. Se em determinado período, sobretudo da adolescência, saíam acompanhadas por adultos – tias, empregadas domésticas ou mães – após o casamento as amigas podem ser companhias igualitárias que preservam a “modelo” sem, no entanto, exercerem vigilância.

Ao longo de suas vidas as mulheres procuraram espaços de autonomia e fizeram fazer valer suas vontades dentro de um círculo de segurança relativo. Se não romperam de maneira mais radical, foi porque não havia interesse, por parte delas, na ruptura de sua posição de classe. Neste sentido, por vezes, permanecer dentro dos padrões pode também ser compreendido na perspectiva de um cálculo elaborado de vantagens e desvantagens, revelando uma agência em benéfico próprio.

Finalizando, trago aqui os eixos que permitiram a análise dos preconceitos identificados a partir das categorias criadas, que foram os recursos, aqui entendidos como recursos financeiros e de prestígio pela posição social, seja pela profissão e situação de mercado dos pais e maridos, seja pelos recursos financeiros concretos de que dispunham em consequência do próprio trabalho; o mundo da casa e o mundo da rua.

“No meu tempo, a vida estava estabelecida.

Só se saía de casa para casar.

Se estudava e se ficava em casa esperando um casamento”.

(nascimento: 1928; casamento: 1950; separação: meados dos anos 70)

“Quando eu me casei eu já trabalhava e continuei trabalhando.

Fiz concurso para Universidade, fiz pós-graduação na França”.

(nascimento: 1926; casamento 1953)

“Minha filha, eu vou lhe dizer uma coisa:

se a gente não guarda a própria identidade a gente não pode ser feliz!”

(nascimento: 1923; casamento: 1948)

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição Lafayette. **Não se diz tudo ao marido:** família, casamento e autonomia entre mulheres do início do século XX. Curitiba: Appris, 2013.

BERTAUX, Daniel. **Biography and society**. Thousand Oaks: Sage, 1981.

CÂNDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Orgs.). **Brazil:** portrait of a half a continent. New York: The Dryden Press, 1951, p. 291-312.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAYHOUSE, Carol. “Mothers and Daughters in the middle-class home, 1870-1914. in: LEWIS, Jane (ed) **Labour and love: women’s experience of home and the family 1850 – 1940**. New York – Oxford, 1986.

DENZIN, K e LINCOLN, Y. Ed **Handbook of Qualitative Research** London Sage, 1994.

ELLIOT, Brian. “Biography, family history and the analysis of social change” in: KENDRICK, Stephen & STRAW, Pat. **Interpreting the past, understanding the present**. London, Mackmillan, 1990.

FIALHO, V.”Pesquisando no Nordeste indígena: processos coletivos, questões metodologias e desafios”. In WEBER ,S & LEITÄUSER, T. **Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social**. Recife Ed Universitária da UFPE, 2007

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Verdade e Método II**: complementos e índices. Petrópolis: Vozes, 2007.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures** Basic Books, London 1973.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HECKMAN, Suzan. The ontology of change: Gadamer and feminism. In: CODE, Lorraine (Ed). **Feminist interpretation of Hans- Georg Gadamer**. Philadelphia: The Pennsylvania State University Press, 2003. p. 181-201.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leituras de fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1993 (Texto e Arte, v.9).

LEITHAUSER, Thomas; GOLDENBERG, Mirian. A experiência hermenêutica: uma filosofia e uma maneira de fazer pesquisa social. In: WEBER, Silke (Org.). **Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na prática social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 9-25.

LINS DE BARROS, Miriam. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1987.

OLESEN, V. Feminism and models of qualitative research. In: DENZIN, K.; LINCOLN, Y. (Eds.). **Handbook of Qualitative Research**. London : Sage, 1994. p.158-174.

PASSERINI, Luiza. Myth biography in oral history. In: SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul (Eds.) **The Myths we live by**. London ; New York: Routledge, 1990. p. 49-60.

PENEFS, Jean. Myths in life stories. In: SAMUEL, Raphael;

THOMPSON, Paul (Eds.) **The Myths we live by**. London; New York: Routledge, 1990. p. 36-48.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PLUMMER, Ken. **Documents of life: an introduction to the problems and literature of a humanistic method**. London: Unwin Hyman, 1983.

REIMÃO, Sofia. **A questão da medicina e da morte em Hans George Gadamer**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

ROBERTS, Helen (Ed). **Doing feminist research**. London: Routledge, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past: oral history**. 2. ed. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988.

_____; SAMUEL, Raphael. **The Myths we live by**. London; New York: Routledge, 1990.

WRANKER, Georgia. **Gadamer:** hermeneutics, tradition and reason. Stanford: Stanford University Press, 1987.

Recebido em 12/2013

Aprovado em 03/2014